PRESENÇA

ÓRGÃO DA SECRETARIA DE CULTURA, DESPORTOS E TURISMO DO PIAUÍ ANO VIII • 18 • TERESINA, AGOSTO/DEZEMBRO DE 1988

Existe Literatura Piauiense?

Em Busca da Libertade

Sete Cidades:
Encantos e Mistérios
Desconhecidos

Anísio Britto - Uma nova
Concepção da História

Biblioteca e Ação Cultural

entrevista:
Dagoberto Carvalho Júnior

Alcide Filho

PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA

Editorial

1986 foi, inegavelmente, favorável à cultura piauiense, se considerarmos as dificuldades enfrentadas com a escassez de recursos financeiros para o setor, como sempre, o **nó górdio** da questão. Sabíamos, desde o primeiro momento, que lutaríamos com problemas dessa ordem, já que cultura nunca foi prioridade neste país.

Procuramos, no período de dez meses à frente da Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo, trabalhando em perfeita sintonia com a Fundação Cultural, diligentemente presidida por José Elias Arêa Leão, desenvolver uma política de valorização do artista e intelectual piauienses, proporcionando-lhes maiores oportunidades e estímulos necessários à conquista de espaços, além de um grande esforço no sentido de interiorização da cultura, sem precedentes no setor.

Gratifica-nos, sobremodo, a certeza de que não só a programação anteriormente elaborada foi executada. A reforma do Teatro Paroquial de União, a instalação do Memorial Tertuliano Brandão Filho, em Pedro II, a adaptação de uma das salas do Auditório Herbert Parentes Fortes, para funcionamento do Cinema de Arte de Teresina, e, principalmente, a instalação do Espaço Cultural "Porto das Barcas", de Parnaíba, em um dos prédios (reformado e adaptado) do conjunto arquitetônico de mesmo nome, constituem, entre outros, projetos próprios desta curta gestão.

Sobre esta Revista, o editorial do número anterior disse tudo: "... é hoje, um compromisso intelectual do Piauí. Honrá-lo é tarefa dos que executam a política cultural do Estado." A tarefa foi cumprida, o compromisso foi honrado, a duras penas, mas foi.

Esta edição marca o fim de uma gestão, do pequeno grande mandato do Governador José Raimundo Bona Medeiros, que em nenhum momento nos faltou com o seu decidido apoio.

Para encerrar, fazemos nossas as significativas palavras de outro sacerdote, grande teólogo brasileiro, Monsenhor Marcolino Amaral, que, ao prefaciar o seu Tratado de Teologia Moral, disse em latim: "Feci quae potui; faciant meliora potentes" (Fiz o que pude; faça melhor quem puder).

Pe. Solon Aragão.

PRESENÇA

Órgão Oficial da Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo do Piauí.

Governador do Estado do Piauí
JOSÉ RAIMUNDO BONA MEDEIROS

Secretário de Cultura, Desportos e Turismo
Pe. SOLON CORREIA DE ARAGÃO

Presidente da Fundação Cultural
JOSÉ ELIAS MARTINS ARÊA LEÃO

Presidente do Conselho Estadual de Cultura
BENJAMIN DO RÊGO MONTEIRO NETO

Superintendente:
PEDRO FERRER MENDES DE FREITAS

Conselho Editorial
Zenon Rocha, Leopoldo Portela Barbosa, Lina Celso Pinheiro e Maria Amélia Azevedo Ribeiro

Coordenação
Sônia Maria Setúbal da Cunha e Silva
Claudete Maria Miranda Dias

Diretora Comercial:
Ionísia Peterson Albuquerque

Transcritor:
Virgílio Queiroz

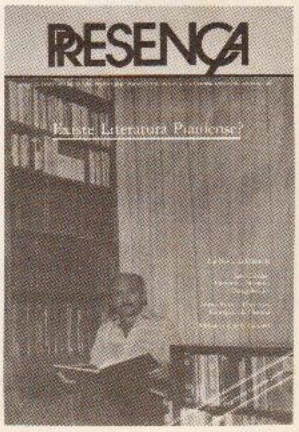
Colaboram neste número:
Claudete Maria Miranda Dias, A. Tito Filho, M. Paulo Nunes, Francisco Miguel de Moura, Hardi Filho, Cinéas Santos, Durvalino Filho, Luiz Pires de Freitas, Rachel Fróes, Carlos Alberto Gramoza, Eherlich Cordão, Alcenor Candeira Filho, Lauro Andrade Correia, Humberto Guimarães, Geraldo Borges, Alcília Afonso Albuquerque, Bugyja Britto, Magalhães da Costa, Eneas Barros, Benjamin do Rego Monteiro Neto.

Ilustração
Paulo Moura, Geni e Arnaldo Albuquerque

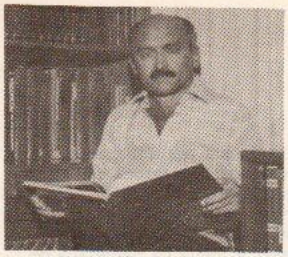
Diagramação e Montagem
Carvalho

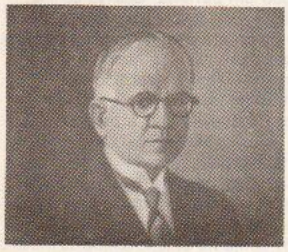
Fotocomposição, fotolito e impressão
Gráfica e Editora Wagner Litt.

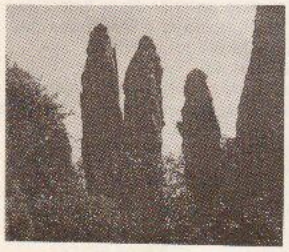
Nossa Capa
Historiador Dagoberto Carvalho Jr.

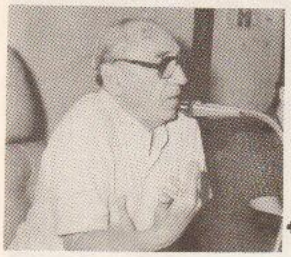


Sumário









Entrevista: Dagoberto Carvalho Júnior — 3

Carne para Pastéis: Geraldo Borges — 10

Biblioteca e Ação Cultural: M. Paulo Nunnes — 12

Autonomia e Independência: Lauro Andrade Correia — 16

Ana Miranda: Em Busca do Seu Lugar ao Sol — 20

Anísio Britto - Uma Nova Concepção da História: A. Tito Filho — 22

Humberto - Inédito Satyrico Berilo Neves — 26

Brasileiros de 32.000: Anselmo de Sousa — 30

Em Busca da Liberdade: Claudete Mª. Miranda Dias — 37

Sete Cidades: Encantos e Mistérios Desconhecidos. Eneas Barros — 39

Para Lembrar o outro: Humberto Guimarães — 41

Educação e Constituinte: Luiz Pires de Freitas — 46

As Ferramentas do novo: Durvalino Filho — 48

Sucinta Análise em torno de um soneto de Da Costa e Silva — Bugyja Britto — 52

Fontes Ibiapina está vivo: Francisco Miguel de Moura — 55

Visto por Quem Viu: Hardi Filho — 58

Um Rio Imita os outros: Cinéas Santos — 59

Livros: Magalhães da Costa — 62

Existe Literatura Piauiense? Alcenor Candeira Filho — 64

Homenagem a Dom Avelar Brandão Vilela Benjamin do Rego Monteiro Neto — 68

Uma Preocupação Constante: Valter Soares — 71

ENTREVISTA Dagoberto Carvalho Jr.

Entrevista com o escritor, historiador e pesquisador Dagoberto Carvalho Jr., concedida à Revista PRESENÇA, através de M. Paulo Nunes, Ferrer Freitas e Claudete Dias.

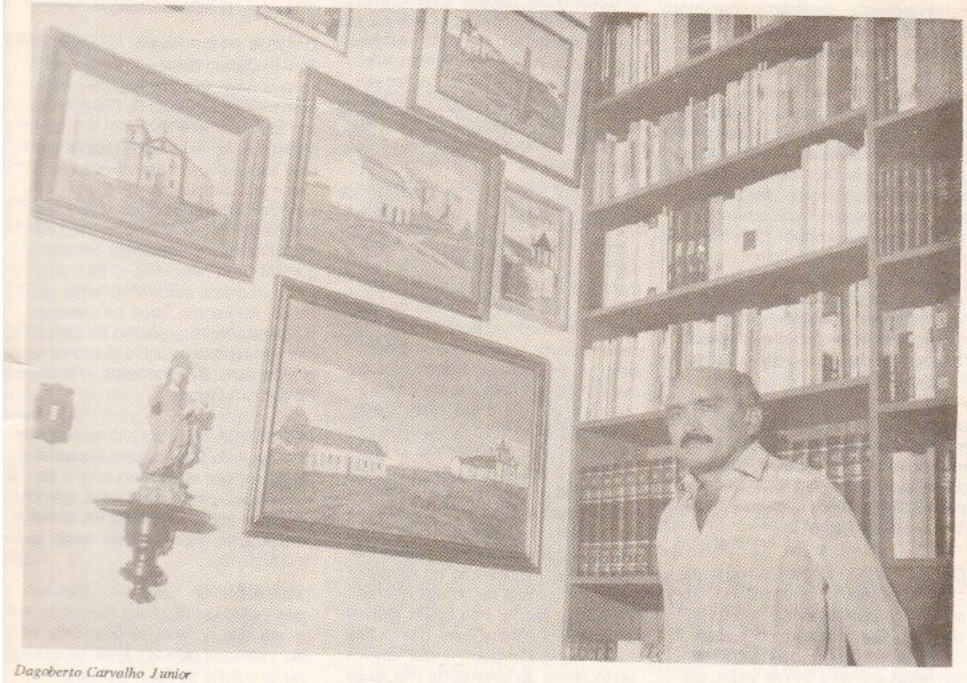
Dagoberto Ferreira de Carvalho **Jr. doublé** de médico e escritor, pertencente à inumerável falange dos médicos escritores existentes em nosso país, na linha de um Afrânio Peixoto, Dionélio Machado ou de um Pedro Nava, é uma das mais interessantes figuras do cenário cultural de nosso Estado. Colaborador assíduo de PRESENÇA e do suplemento literário do Diário de Pernambuco, vive dividido entre a sua paixão pela terra natal e a sedução que sobre ele exerce a paisagem recifense. É autor de duas importantes obras históricas: **História Episcopal do Piauí** e **Passeio a Oeiras** que se inscreve hoje entre os grandes guias históricos e sentimentais de cidades brasileiras. É membro da Academia Piauiense de Letras, do Instituto Histórico de Oeiras, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, além de um sem número de associações culturais do Piauí e de Pernambuco, em cuja capital reside há alguns anos.

Procurado pela nossa reportagem concedeu-nos a seguinte entrevista exclusiva:

PRESENÇA - Como é que, Você pessoa tão ligada ao Piauí e aos valores de nossa cultura, consegue viver distante da terra?

DAGOBERTO - O consentimento do exílio circunstancial (não cultural) a que me impus, no Recife, decorre justamente desse telurismo. Desse meu apego - de todos conhecido - aos nossos valores culturais. É possível, até, que a distância física tenha redimensionado, não o apego mas, a preocupação com tais valores, sua preservação, inclusive. No meu caso, é fácil viver no Recife. Viver bem, sem viver de saudades. Costumo dizer a amigos que me cobram maior engajamento em movimentos locais que continuo um escritor não apenas piauiense mas, sobretudo, do Piauí. A minha temática sempre foi piauiense. É disso que eu gosto. É isso que eu sei. As instituições culturais que me abrigaram no Recife, fizeram-no, muito mais, pelos meus livros piauienses. No espaço que mantenho no Suplemento Literário do Diário de Pernambuco, o Piauí é uma constante.

PRESENÇA - Vez em quando, como há pouco, reacende a evelha polêmica em torno da primazia na independência do Piauí. Se ela deve ser dada a Parnaí-



Dagoberto Carvalho Junior

"Houve, é certo, antecipação dos parnaibanos, como houve, em Oeiras, ainda em maio de 1822, o pioneirismo emancipacionista de Antonio Maria Caú, escrivão da Junta da Fazenda."

ba ou a Oeiras, através dos pró-homens que à época dominavam, política e socialmente, as duas comunidades. Quais as razões históricas que fundamentam seu ponto de vista?

DAGOBERTO - A pergunta é das mais oportunas, pela atualidade - a cada ano suscitada - do problema. Ora, lei provincial de 31 de agosto de 1859, "determina que o dia 24 de janeiro, aniversário da adesão do Piauí à independência nacional, é feriado em todas as repartições provinciais" (Pereira da Costa). Em 1937, no entanto, a Assembléia Legislativa aprovou a lei 176, de autoria do Deputado José Burlamaqui Auto de Abreu, concedendo ao dia 19 de outubro, pela mesma razão, privilégios equivalentes. Do ponto de vista histórico estava criado o impasse. Resta saber: desconhecida, então, a lei de 1859 e, sem nenhuma referência a ela, a nova lei de 1937 tê-la-ia revogado? Com relação à primazia dos ditos movimentos, devo dizer que, se, a de um é cronológica, a do outro é factual. Houve,, é certo, antecipação dos parnaibanos, como houve, em Oeiras, ainda em maio de 1822, o pioneirismo emancipacionista de Antonio Maria Caú, escrivão da Junta da Fazenda. Antecipação, portanto, de setores progressistas - elementos da plebe e tropa envolvidos - da Capital. Nunca levei em conta a questão das datas. Afinal, em sendo a independência um processo dinâmico, importa que - com o concurso de todos - a tenhamos conseguido. Ademais, a garantia do idealismo patriótico dos parnaibanos e do governo independente de Oeiras, dependeu menos deles próprios que do desfecho favorável do Jenipapo.

PRESENÇA - Qual a diferença histórica entre os termos **adesão** e **proclamação?** Oeiras deu sua adesão a um movimento já em curso na Província ou procedeu à proclamação da nossa Independência, dando sequência ao ato do Príncipe D. Pedro?

DAGOBERTO - Os termos não se excluem Pelo contrário, complementam-se. Não há adesão ao que não foi proclamado. Oeiras aderiu como capital da província - aqui, a importância histórica dessa adesão a que se seguiu eleição e posse de novo governo - ao regime já vitorioso em muitas outras provinciais. Reconheço que o ato não só oficial e militarmente aparatoso da adesão de Oeiras, foi, mais, o coroamento de movimentos de base como o de Caú e o de 19 de outubro, entre, talvez, outros tantos.

PRESENÇA - Sabendo-se ser Você fervoroso defensor do nosso patrimônio histórico e paisagístico, haja vista a sua participação em órgãos como a extinta CLAP (Companhia Latino-Americana de Planejamento) qual a política a ser adotada pelo poder público na preservação do nosso patrimônio?

"O herói da história é o povo".

DAGOBERTO - A nível de cultura viva; a preservação - através, sobretudo, de incentivos materiais - deve visar, de imediato, grupos folclóricos, associações e sincretismos religiosos. Sempre me pareceu mais acertado, assegurar condições de sobrevivência a tais grupos, que fazer criar novos, orientados para políticas turísticas sempre por definir ou acomodar.
Para a preservação de bens culturais móveis ou imóveis - aqui, assumo a condição de entusiasta e, até certo ponto, precursor de idéias no Piauí - o mais urgente é o completo levantamento ainda por realizar. A bem dizer, não sabemos o que temos. Muitas peças de nosso mobiliário, de nosssa talha, de nossa imaginária, já deixaram o Estado. Inúmeras construções de interesse histórico e/ou artístico - não posso deixar de lamentar o desaparecimento, por incúria, da Residência Jesuítica (1720) de Brejo de Santo Inácio - foram descaracterizadas ou demolidas mesmo. Só depois desse conhecimento do acervo, proceder-se-ia o tombamento. Não só de Livro mas, de fato; agindo-se imediatamente contra os inescrupulosos e colocando-se à disposição de proprietários interessados os meios materiais para manter e preservar seus imóveis. Entre esses meios, a dispensa ou redução de impostos territoriais urbanos, por exemplo. O aproveitamento dos bens culturais imóveis pelo Estado - administração direta ou indireta, para escolas, repartições públicas, bancos, etc. - seria, também, forma eficaz de garantir sua preservação: restauração e reintegração na paisagem urbana e humana de nossas cidades.
A memória escrita e/ou falada, através de programa editorial como o já implantado Projeto Petrônio Portella; através do incentivo ao cinema; da criação de um museu de imagem e som. O desenvolvimento verbal incorpora-se, cada vez mais, aos nossos hábitos, como imposição até do desenvolvimento tecnológico que já nos alcança.

PRESENÇA - Em que consistiria uma política de preservação de nossas cidades históricas? No particular, como preservar o pouco que ainda resta da fisionomia arquitetônica de nossa capital?

DAGOBERTO - Disse, há pouco, como penso poderíamos realizar algo de que ainda nos resta, especialmente a preservação de nosso patrimônio arquitetônico. É viável, se agirmos com urgência. Requer, basicamente, uma decisão política. No caso específico de Teresina, onde há boas e características construções residenciais, a ação me parece bem mais fácil. Em linhas gerais o mecanismo seria o anteriormente exposto. A proximidade dos órgãos de execução exerce notória influência, sem esquecer que o exemplo da Capital servirá, inclusive, de motivação para outras cidades.

PRESENÇA - Que acha da idéia do escritor Renato Castelo Branco de proceder-se ao tombamento do centro histórico de Oeiras, cidade que ele considera uma "Brasília Centenária"?

DAGOBERTO - Grande, a idéia de Renato Castelo Branco. O tombamento do centro histórico é da maior importância para a preservação de Oeiras como um todo. Como o é, para Amarante, o tombamento da Avenida Des. Amaral, mais expressivo conjunto arquitetônico residencial oitocentista do Estado. No caso de Oeiras, a proposta já fora feita pela equipe multi-profissional (arquitetos, historiadores, sociólogos, antropólogos) da CLAP, em 1976. O centro histórico da cidade inclui monumentos arquitetônicos da do setecentos, raros na paisagem piauiense. Aceito o desafio da campanha pelo tombamento. É a guerra santa que me sensibiliza. Parabéns a Renato. Parabéns a Oeiras.

PRESENÇA - Que acha do movimento cultural do Piauí e quais, a seu ver, os valores que o representam e a contribuição que têm prestado à cultura piauiense, concebendo-se o termo **cultura** em seu aspecto mais amplo e sociológico?

DAGOBERTO - Valores, contribuições individuais à cultura. Eis um campo em que o risco do esquecimento não justifica a omissão. Falar de movimento cultural do Piauí, implicará, sem

pre, em referência ao Grupo Meridiano de Rêgo de Carvalho, M. Paulo Nunes e H. Dobal. Considero-os, nas suas respectivas áreas, quais sejam o romance, a crítica literária e a poesia, valores exponenciais. Os dois primeiros, estão na Academia, que, tem sabido, no Piauí redimensionar seus próprios conceitos. Menção se faça, aqui e agora, à força intelectualmente aglutinadora e criadora de A. Tito Filho. A UBE, a frente Francisco Miguel de Moura, talentoso crítico contemporâneo, muito tem contribuído. Outros nomes que nos engrandecem: Humberto Guimarães e Expedito Rego, no mesmo campo da poesia, do ensaio, do romance. A crítica literária de Cinéas Santos, os novos professores de Letras da Universidade. O jornalismo novo de Kenard Kruel; a história cientificamente pensada de Manoel Domingos Neto; os adiantados estudos de História da Arte de João Alberto Monteiro. Há muita gente boa que saberá perdoar - espero - mais o entrevistado que o espaço físico da entrevista.

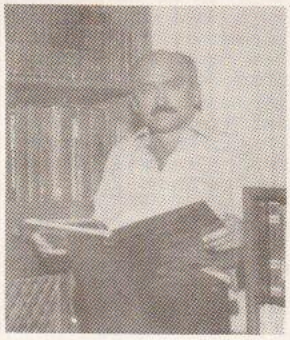
PRESENÇA - o que Você acha da sociedade brasileira desconhecer fatos violentos e sangrentos de sua história ou conhecê-los de forma linear, sem conflitos, como uma história de heróis e datas?

DAGOBERTO - Posiciono-me contra a história linear de heróis e datas. O herói da história é o povo; a data, o agora de cada geração. As lutas de classe, ainda que violentas, não há porque esconder. Elas são, afinal, a força motriz da história.

PRESENÇA - Você acha que a "balaiada" foi um movimento de bandidos e facinorosos como dizem os documentos dos órgãos oficiais que comandaram a ação repressiva?

DAGOBERTO - Dou a palavra à Profª. Maria Amélia Mendes de Oliveira que, em recente dissertação de Mestrado, provou justamente o contrário. A **Balaiada** foi, talvez, o primeiro grande conflito social do Piauí. Nada de bandidos. Eram os injustiçados. Não se poderá, com efeito, generalizar o conceito. Todo movimento político-social, por mais bem intencionado, abriga vilões, estes, os verdadeiros pingentes da história.

PRESENÇA - Como se organizou o episcopado no Piauí e quais suas relações com as classes sociais?



DAGOBERTO - A resposta implicaria uma análise bem mais ampla da reforma porque passaram o pensamento e a ação da Igreja, a partir do Concílio Ecumênico Vaticano II. O episcopado, à época da criação do Bispado do Piauí (1901/1903), apesar da preocupação teológica com o povo - enquanto rebanho de Deus - não se pode dizer que o via como classe social, no seu sentido mais verdadeiro. A criação da diocese piauiense liga-se mais à classe dominante que teve, inclusive, de bater-se contra a elite (eclesiástica, também) do Maranhão.

"O tombamento do centro histórico é da maior importância para a preservação de Oeiras como um todo."

PRESENÇA - O jornal "A Tarde", de Salvador, noticiou que o Piauí possui o maior percentual de negros, entre todos os estados brasileiros, batendo inclusive a Bahia. É verdade essa afirmativa? Se verdadeira a notícia, Você poderia explicá-la histórica e sociologicamente?

DAGOBERTO - O meu conhecimento da notícia, foi, apenas, através da imprensa leiga. Não lhe posso assegurar, portanto, a veracidade. Estranho-a, contudo, de vez que, historicamente, o contingente de negros na formação do Piauí, não foi dos maiores. Havia bem mais mulatos. Talvez, a observação de um governador do séc. XVIII, justifique, de algum modo, o que poderá ter determinado essa possível polarização. Testemunha ele: "Demais, neste sertão, por costume antiquissimo, a mesma estimação têm brancos, mulatos e pretos e todos, uns e outros se tratam com recíproca igualdade..."

PRESENÇA - A mudança da capital de Oeiras para a Vila do Poti foi ou não realizada na marra por Saraiva?

DAGOBERTO - É quase certo que sim. Não se desestrutura politicamente uma cidade, sem traumas. Mas, Oeiras até se orgulha desse passado. Afinal, a capital na Vila Nova do Poti deu tão certo!

PRESENÇA - Passemos agora a falar de uma de suas grandes paixões, o Instituto Histórico de Oeiras. Em que ano foi fundado? Quais suas reais finalidades? Que contribuição vem prestando, efetivamente, a Oeiras?

DAGOBERTO - Fundado em 6 de janeiro de 1972, o Instituto - prefiro chamá-lo apenas assim para dar mais abrangência ao seu projeto cultural - visa, basicamente, a preservação da memória local, através do mais amplo encontro com a comunidade. Contribuições suas, são por exemplo, a inclusão de Oeiras no Programa de Restauração de Cidades Históricas; as edições da Revista - já um marco na vida da cidade - e da Coleção Mafrense, de autores e/ou temas oeirenses. Contribuição, ainda maior, foi a de motivar a cidade, hoje, quinze anos depois, absolutamente consciente de seus valores culturais; de sua responsabilidade de cidade histórica.

PRESENÇA - Quando Você sentiu a necessidade de Oeiras contar com uma sociedade de cultura histórica, que tivesse como objetivo primeiro a preservação do patrimônio cultural oeirense?

DAGOBERTO - Quando, ainda estudante, vivi, em Salvador, o clima de otimismo e de seriedade com que a Bahia tratava seus monumentos históricos; com que priorizava sua política de preservação. A transferência para o Recife, propiciou-me aproximação maior com o grupo do IPHAM, onde encontrei verdadeiros apóstolos da causa, como Airton Carvalho, José Luis Menezes, José Ferrão Castelo Branco. Só então, pude sentir a distância em que nos encontrávamos, no Piauí. Nada se fizera no campo oficial. A opção seria e foi, a iniciativa intelectual. Fez-se o Instituto.

PRESENÇA - Que participação teve o Instituto na restauração dos monumentos históricos de Oeiras, a saber: Catedral de Nossa Senhora da Vitória, Sobrado dos Bispos e Sobrado Major Selemérico?

DAGOBERTO - Eu direi que a mais efetiva. Não custa lembrar que a própria inclusão de Oeiras no Programa de Cidades Históricas e Coloniais do Nordeste, deveu-se à iniciativa do Instituto. Temos documento que comprova nossa antecipação. É lógico que na hora de restaurar, o encargo foi delegado ao Governo do Estado. Isto nos exime de quaisquer responsabilidades técnicas nas obras que se fizeram em Oeiras. O Instituto não pode nem deve ser criticado. Por meu intermédio - fui assessor honorário em algumas etapas, graças, sobretudo, à sensibilidade do arquiteto João Alberto Monteiro - o Instituto tentou evitar falhas. Fez o que pôde.

PRESENÇA - Algumas pessoas (ainda bem que poucas) consideram o Instituto uma sociedade elitista, que congrega velhos intelectuais oeirenses, poucos historiadores e se limita a distribuir medalhas. O que Você tem a dizer disso?

DAGOBERTO - Ainda bem que poucas. Você disse bem. Efetivamente, o Instituto congrega a elite (mas, elite intelectual) de Oeiras, sendo aberto a todos. Acho que o Piauí inteiro ainda tem poucos historiadores. Como, uma sociedade de cultura histórica de velha cidade interiorana, poderia contar com muitos? O Instituto vai bem. O mundo intelectual de Teresina o reconhece. Quanto a Medalha do Mérito Cultural, é criação minha. Ao que consta, nenhum dos agraciados - não foram tantos - ainda a desmereceu.

PRESENÇA - Oeiras vem sendo depredada ao longo do tempo. Mesmo assim é, talvez, a única cidade piauiense que tem algo para mostrar. Velhos prédios em estilo colonial, imagens barrocas, uma igreja que, Você disse, de partido arquitetônico com características do estilo jesuítico, a de Nossa Senhora do Rosário. Pois bem, o que é possível para salvar o que ainda resta na cidade de valor histórico e/ou artístico?

DAGOBERTO - Já enumerei providências que, adotadas, sem perda de tempo - tombamento, a mais urgente - ainda poderiam salvar o centro histórico da cidade. Sugiro e alisto-me na campanha que se fizer para dar praticidade ao que propôs Renato Castelo Branco.

PRESENÇA - Há uma polêmica em torno da fotografia do Visconde da Parnaíba, patrono do Instituto Histórico de Oeiras. Segundo o Acadêmico Josias Clarense Carneiro da Silva, a foto utilizada pelo I.H.O. como sendo do Brigadeiro Manoel de Sousa Martins é, na realidade, de seu irmão Coronel Joaquim de Sousa Martins. O que Você tem a dizer disso?

DAGOBERTO - Sobre o assunto, escrevi há muitos anos (Revista do IHO, nº 2), matéria que acabou por definir a posição do Instituto. Os pesquisadores Gal. Moysés Castelo Branco e Dr. Hermógenes Ferreira de Carvalho asseguraram haver submetido a fotografias em questão à análise de especialistas. Estes, atestaram tratar-se a farda usada pelo personagem, de uniforme privativo de oficial general, patente correspondente na velha ordem à de Brigadeiro. Ora, Brigadeiro foi Manoel e não Joaquim de Sousa Martins. A mesma foto, encontramos em antigo daguerreótipo pertencente a D. Maria Júlia Martins Santos, descendente em linha direta do Coronel Joaquim. Ela o guarda como lembrança não do tetravô (o que seria muito natural) mas do Brigadeiro Manoel de Sousa Martins.

"Não há adesão ao que não foi proclamado. Oeiras aderiu como capital da província".

PRESENÇA - Contesta também o historiador Josias a existência de um chafariz em Oeiras, no início do século passado, conhecido como a Fonte do Governador. Os chafarizes, segundo ele, nunca eram construídos nos arredores e sim em pontos principais das cidades...

DAGOBERTO - É bom lembrar que a única planta conhecida da cidade de Oeiras (1809), somente foi localizada e trazida ao Piauí - através de técnicos da CLAP - em, 1976. É justamente essa planta que ensina a localização da Fonte do Governador. Com muito respeito aos estudos genealógicos e heráldicos do confrade de Academia Josias Carneiro, fico com o fato contemporaneamente documentado por José Pedro Cesar de Menezes. O Engenheiro esteve a serviço do Governador Carlos Cesar Burlamaqui, em cuja administração - aproveitada fonte natural ainda existente - foi construído o magnífico chafariz.

PRESENÇA - Voltando à questão do 24 de janeiro. É verdade que o Dr. José Auto de Abreu, autor da lei do 19 de Outubro, disse-lhe, certa vez no seu retorno a Teresina, pouco antes de morrer, que a iniciativa da lei ele creditava a **arroubos da juventude**?

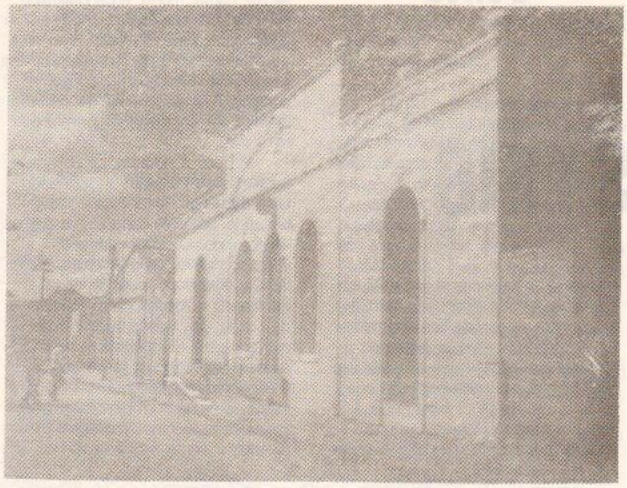
DAGOBERTO - É verdade. Em 1976 visitando-o, em companhia de meu pai, velho amigo seu, a quem pedi fosse apresentado - éramos, afinal, também parentes - tivemos longa e agradável conversa. Perguntando se conhecer a Lei Provincial de 31 de agosto de 1859 antes de fazer-se autor do projeto de outra lei (19 de Outubro) que acabou confundindo muita gente por tratar de assunto aparentemente único; disse-nos que o fizera mais para homenagear seu antigo professor de história, o muito nosso Anísio Britto. Que o fizera - palavras suas — levado pelos "arroubos da juventude". Não formara nenhuma opinião a respeito, muito menos empreendera pesquisa histórica que lhe respaldasse a iniciativa. No caso, convém respeitar o silêncio dos mortos.

PRESENÇA - O que Você acha da Revista Presença? Alguma sugestão?

DAGOBERTO - Julgo-me um tanto suspeito para opinar sobre a **Presença**. Tenho a impressão que, praticamente, todos os seus números desde segunda e consagradora fase, trazem colaborações minhas. Isto é bom para quem não estando perto, não admite estar longe da vida literária da Província amiga. Acho que a Revista é o instrumento que faltava—resgatada pelo dinamismo de Mestre Paulo Nunes — para a divulgação dos valores culturais da terra, para o fomento das atividades intelectuais do Piauí.

Como sugestão, que se torne publicação semestral, para manter a atualidade. Que se transforme em órgão, também, de direito, da Secretaria; ao Conselho de Cultura, garantindo-se revista especializada ou, mesmo, a publicação de anais.

Quero, por fim, parabenizar os atuais dirigentes da Pasta e da Revista, muito particularmente o Mons. Solon Araújo e o Dr. Ferrer Freitas. O Mons. Solon pela prática, bem sucedida, de sua inequívoca vocação político-administrativa. O segundo, meu amigo mais próximo, companheiro de lides intelectuais em Teresina e em Oeiras, atual Presidente de nosso Instituto, pela demonstração de inegável capacidade para dirigir e criar. Pelo desempenho extraordinário de papel que lhe parecia, de fim muito, reservado.



Espaço Cultural "Maria Bonita - Floriano Piauí"

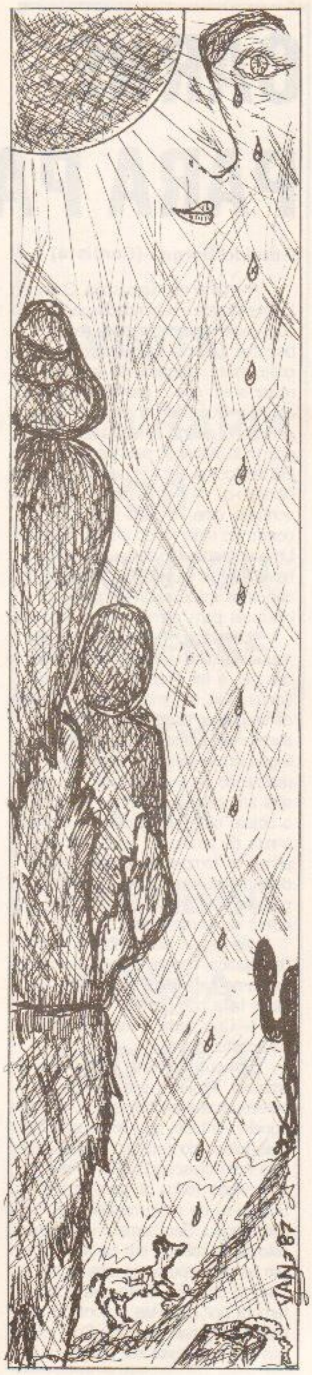
Espaço Cultural "Maria Bonita"

No sentido de preservar a memória da cidade de Floriano, foi totalmente restaurado o antigo prédio da velha "Usina Elétrica" (construída em 1924), graças ao esforço e luta inicial da Associação Cultural de Floriano, e com o apoio do Ministério da Cultura, SPHAN, Pró-Memória, Secretaria de

Cultura, Desportos e Turismo, e Fundação Cultural do Piauí. Após um ano de obras, pouco a pouco, o prédio em ruínas recebeu nova roupagem e finalmente entregue à comunidade florianense. A velha usina está de volta, com o nome de Espaço Cultural "Maria Bonita", homenagem terna àquela que foi o grande amor e companheira de Lampião. Instalado com auditório, sala de teatro, galeria de exposição, memorial e biblioteca, continuará uma usina de luz, isto é, de geração das luzes culturais. Presentes ao ato de inauguração, governador Bona Medeiros, secretário de Cultura, Desportos e Turismo Pe. Solon Correia de Aragão e José Elias M. de Arêa Leão, presidente da Fundação Cultural do Piauí.

Coral de Florianópolis

O Coral de Florianópolis se apresentou em Teresina e Campo Maior, de 17 a 19 de outubro numa promoção do Governo do Estado, Secretaria de Cultuta, Desportos e Turismo, Fundação Cultural do Piauí, Secretaria de Educação e Academia Piauiense de Letras. coral é composto de 45 pessoas e tem 26 anos de existência, constituindo a Associação Coral de Florianópolis, e já se apresentou em quase todos os Estados do Brasil com grande sucesso.



CARNE PARA PASTÉIS

Geraldo Borges (Contista)

A mulher vendia pastéis. O marido jogava sinuca e bebia cachaça, quando conseguia alguns trocados, em biscates. Um dia a mulher chegou em casa, muito cansada, de tanto reclamarem que o pastel dela era de assovio. Que não tinha carne! Quando entrou no quarto o marido estava dormindo, babando pelo canto da boca. Ela sentou na beirada da cama e ficou olhando-o... Aí lhe foi dando uma vontade, uma vontade que vinha de dentro do mais fundo de seu coração. Uma vontade, tão forte, que nunca havia sentido na vida. Começou a notar que suas mãos estavam prontas, inquietas para cumprir a sua vontade.

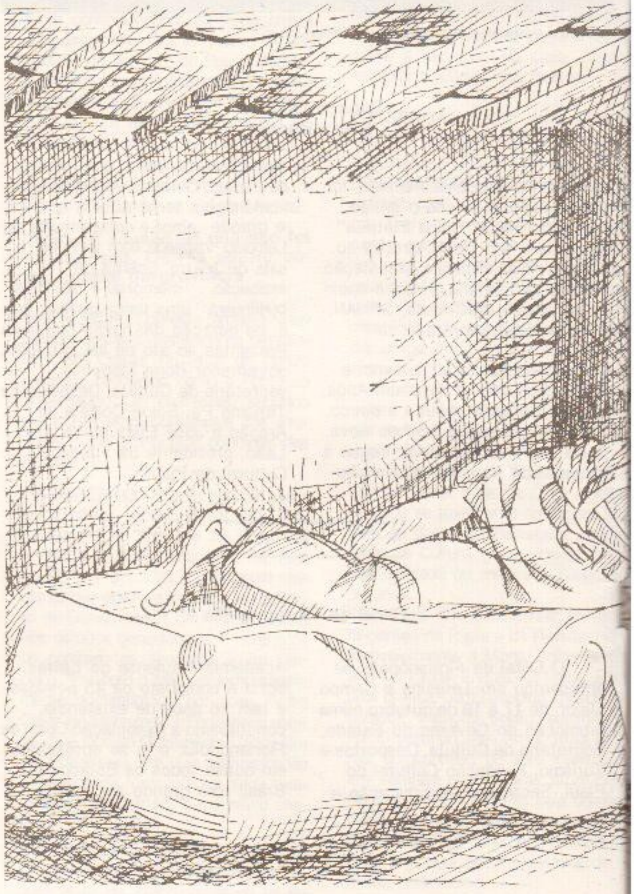
Levantou. A cama rangeu um pouco e ela se assustou. Saiu na ponta dos pés e foi direto à cozinha. Ali contemplou, de uma maneira estranha, os utensílios, usados na feitura dos pastéis: era como se eles tivessem uma linguagem própria e o apoiassem na realização de sua vontade. Riu para eles antecipando uma vitória. Aí pegou o objeto que mais encheu sua vista: o rolo de amassar... Desde os seus primeiros tempos de casada, ela se dedicava a transformar trigo em pastéis, colocavam em cada um, uma colher de carne moída.

Às vezes, de manhã, o marido de ressaca, obrigava ela fazer caldo de carne para ele. Reclamava: "iria fazer falta nos pastéis!"

— Que nada! Teus fregueses já se acostumaram...

Entrou no quarto com o rolo de amassar. Projetou sua sombra na parede, quase se assusta. A vontade! Aquela vontade, que vinha do fundo mais íntimo do seu ser, tomou conta dela num crescendo... Como que absorvesse todos os seus sentidos. Sentou-se de novo na beira da cama que rangeu. Seu homem virou-se e colocou a cabeça em cima do braço. Um fio de cuspe como uma estalactite caiu no colchão. E ela quase sentiu ternura por ele. Mas a vontade era mais forte, mais violenta. Com medo que ele acordasse ela apagou a luz e resolveu acender uma vela. Rápido, a chama da vela diminuiu o tom de sua sombra, na parede. Era uma mulher forte, de braços rijos, acostumada a amassar o trigo. Viu que sentada não faria bem a sua vontade. Teria que estar numa posição melhor, mais à vontade, mais equilibrada. Um ponto de apoio bem firme. Ficou de pé. E o verbo se fez carne, morto, ensanguentado. Um, dois, três golpes. Ela e sua sombra bruxuleante à luz da vela. Tudo nela era vontade. Vontade profunda que em jorro fervia danadamente no seu coração. Seu marido caiu da cama no ladrilho: era como estivesse malhado um judas.

Foi até a cozinha, os objetos de fazer pastéis estavam lá, acenando para ela. Pegou uma faca e sangrou o marido, como se sangra umá galinha de domingo. O sangue jorrando desenhou vários borrões vermelhos no ladrilho. Passou o resto da noite retalhando o marido. Tirou as carnes da bunda, das batatas das pernas e outras partes mais fáceis. Levou para a cozinha. De manhã cedo começou a fazer pastéis. Respirou com o peito inflado, sem nenhum remorso, o cheiro volátil do azeite misturado com massa de trigo e carne refogada.



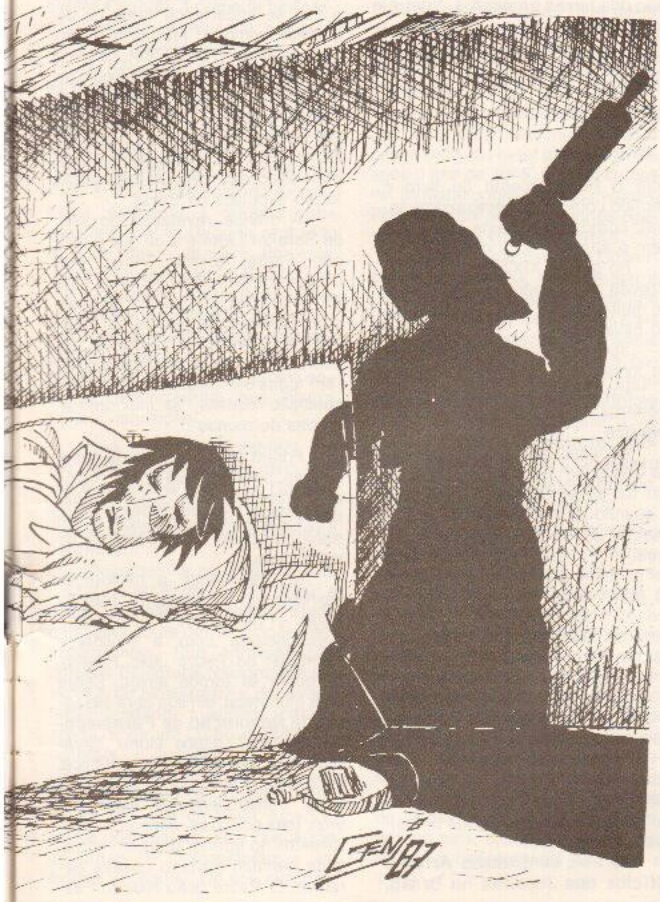
Como de costume foi para o seu ponto de venda no centro da cidade, com o passo mais leve e o olhar deslumbrado das pessoas que cometem atos além de si mesmas. Nesse dia vendeu pastéis como nunca havia vendido.

Seus fregueses disseram:
—Desta vez a senhora caprichou

—É carne humana!
—Não diga! Está uma delícia!
—É da bunda do meu marido.
—Me dê aí a "conserva".
—Mais pimenta?
—E mais um pastel.
—Quer uma das batatas das pernas?
—A senhora está hoje muito engraçada!
—Engraçados são vocês que fazem mais questão de carne do que de trigo.
—E por que não!...
—Bom. Para se ter carne é mais difícil...
—Por quê?
—É preciso matar!...

De noite, ao chegar em casa, logo na sala, sentiu mau cheiro, de açougue, sujo. Uma nuvem de moscas sobrevoou sua cabeça. Não fez nada para esconder os destroços da tragédia. Quando o caso veio a público e a polícia perguntou por que havia cometido o crime. Disse, apenas, sem nenhum abalo, que, chegando em casa, de noite, viu o seu marido dormindo e foi tomada de uma vontade, uma vontade assim daquelas que ninguém se livra. Uma vontade danada de acabar com ele. E, mesmo, falou dando um sorriso acima dos homens e das tábuas da lei.

— Era preciso rechear os pastéis dos fregueses!



VISITE
A LIVRARIA
DO
ESCRITOR
PIAUIENSE,
TEATRO
4 DE
SETEMBRO
PRAÇA
PEDRO II

BIBLIOTECA £ AÇÃO CULTURAL

M. Paulo Nunes

Considero sumamente temerária minha participação neste simpósio promovido pela Universidade Federal do Piauí e a Associação dos Bibliotecários do Estado do Piauí em que se vem debatendo o problema de livro e da biblioteca. É que, não sendo um especialista no assunto, pouco irei talvez acrescentar à discussão dos temas propostos. Vem-me à lembrança aquela observação do filósofo Ortega y Gasset, no estudo intitulado **Misión del Bibliotecário,** que constituiu o discurso inaugural do Congresso Internacional de Bibliotecários, realizado em Paris, no distante ano de 1935, mas ainda de palpitante atualidade.

Assim se manifesta aquele filósofo: "No puedo intentar enseñaros nada sobre las técnicas complejíssimas que integran vuestro trabajo, las cuales vosotros conocéus tan bien y que sen para mí hermético mistério. Debo, pues, recluierme en el más breve rincón del ámbito gigante que ase titulo anuncia".

Só o propósito de colaborar com os promotores desta Semana, no Piauí, é que me traz à presença deste seleto auditório.

Começo por vos lembrar que a história da instituição das bibliotecas se acha indissoluvelmente ligada a história do livro, vale dizer, à própria história da cultura.

Deixando de lado a Grécia e a Roma antigas, como aconselharia o autor do já mencionado estudo e reportando-me somente aos povos novos que se erguem sobre as ruinas de Grécia e de Roma, se atentarmos para o aparecimento da figura humana do bibliotecário, na urdidura da paisagem social, sem dúvida alguma nós a localizaremos nos começos do Renascimento, ou seja, por volta do século XV, pois que rurante à idade Média a ocupação com os livros é ainda considerada uma atividade de caráter infra-social. Somente com o Renascimento do livro é sentido como uma necessidade social, porquanto é desta data também o aparecimento da imprensa.

No século XIX, com a popularização da imprensa, as bibliotecas se multiplicam e com elas a função do bibliotecário.

Surge aí assim a necessidade de fomentar a leitura que constitui o traço distintivo da civilização moderna, sobretudo a partir do Iluminismo.

O passo decisivo, entretanto, na evolução de vossa profissão, vai dar-se em torno de 1850, que é quando se consolida a sociedade nascida das turbulências da Revolução Francesa. "Esta sociedade foi a última conseqüência daquela fé no livro que sentiu o Renascimento. A sociedade democrática é filha do livro, é o triunfo do livro escrito pelo homem escritor sobre o livro revelado por Deus e sobre o livro das leis ditados pela autocracia", para seguirmos ainda de perto o pensamento orteguiano.

Passando ao nosso país, verificaremos que foram os jesuítas, tão amalgamados, com as origens de nossa nação, os nossos primeiros bibliotecários.

No livro denominado **Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil,** o Padre Serafim Leite, no capítulo intitulado "Bibliotecários, encadernadores, tipógrafos e impressores", destaca seis irmãos encarregados das bibliotecas dos colégios jesuíticos da Bahia, Rio de Janeiro e Espírito Santo, dentre os nove por ele biografados. São eles o Padre Antônio Gonçalves (1550-1616), de nacionalidade portuguesa e que se fez jesuíta na Bahia; Mateus Afonso (1670-1729), também português e que acumulou os ofícios de conservador da biblioteca do Colégio do Rio de Janeiro com o de encadernador; Manuel Pires (1665-1757), natural do Porto e que foi bibliotecário dos colégios da Bahia e do Espírito Santo; Manuel Torres (1725-1760), natural de Coimbra, feito jesuíta na Bahia e que se encarregou tanto da biblioteca como do refeitório, e Manuel da Mota (1696-1760), nascido em Torres Novas e que no colégio de Olinda foi mestre de meninos e encadernador. Ocupava ele o ofício de bibliotecário, no Colégio da Bahia, em 1757, quandodo morreu, no mesmo ano em que os jesuítas foram expulsos do Brasil.

A grande revelação do livro de Serafim Leite é a de que o próprio Padre Antonio Vieira, dos maiores nomes da Companhia e da Literatura de Língua Portuguesa, em depoimento prestado ao tribunal da Inquisição, declarou ter exercido o ofício de bibliotecário "em todos os colégios" e que nesta condição visitara "as melhores livrarias do mundo".

Foram os bibliotecários particulares, sobretudo as dos colégios e dos mosteiros, as que constituíram, praticamente, em pleno Iluminismo, a origem das bibliotecas do nosso país.

No que tange a bibliotecas particulares, o viajante francês Louis - François de Tollenare impressionou-se com a biblioteca particular do Padre João Ribeiro, de quem se tornou amigo. Sobre esta biblioteca, em sua obra **História da Revolução de Pernambuco de 1917,** depõe Muniz Tavares: "Não havia biblioteca pública, necessidade absoluta de país civilizado: conservavam-se alguns livros, mas pouco escolhidos, e aferrolhados no interior dos conventos, onde nenhum profano ousava penetrar. O Padre João Ribeiro Pes-

soa, coadjuvado por seus amigos, já começava a formar uma particular na sua habitação, que a todos era aberta: não abundava ainda em volumes, eram porém de preço inestimável pelas matérias que continham".

As grandes bibliotecas nacionais da Europa foram criadas nos séculos SVII e SVIII e no continente americano elas só apareceriam no século XIX. Nos Estados Unidos, a Biblioteca do Congresso — The Librery of Congress, foi criada exatamente em 1800, enquanto que as do Rio de Janeiro e Buenos Aires aparecem no ano de 1810.

Com relação às nossas bibliotecas estaduais, foi a Bahia e estado pioneiro, pois que data de agosto de 1811 a instituição de sua biblioteca que foi a primeira biblioteca brasileira organizada segundo um plano pré-estabelecido.

A biblioteca Nacional do Rio de Janeiro foi fruto da transferência para o Brasil da Família Real Portuguesa, por força da Invasão Napoleônica. Teve ela no Barão de Ramiz Galvão, que a dirigiu de 1870 a 1900, o seu grande organizador, mediante a reforma consubstanciada no Decreto nº 6.141, de 4 de março de 1876. Por este Decreto se verifica que Ramiz Galvão tudo previu em matéria de organização de biblioteca: aquisição, tombamento, classificação, catalogação, conservação, assistência aos leitores e até o empréstimo domiciliar, emberrestrito aos "livros de fácil aquisição".

Sua gestão se notabiliza por um plano de edição dos mais felizes e do qual se destaca o **Catálogo da Exposição de História do Brasil** e os **Anais da Biblioteca Nacional.**

Sucedeu-lhe no cargo Manuel Cícero, que a dirigiu de 1900 a 1924, com interrupções em virtude da ocupação de outras funções administrativas. Sua administração dotou a Biblioteca Nacional de um serviço de bibliografia e documentação bastante avançado para a época, e de um Curso de Biblioteconomia, o primeiro da América Latina, tendo como padrão o da École Nationale des Chartes. Este curso, que era de nível superior, exigia dos candidatos a conclusão de curso de Humanidades e um exama vestibular. De seu currículo constavam 4 disciplinas: Bibliografia, Paelografia e Diplomática, Iconografia, e Numismática. Integravam o programa de Bibliografia, organizado por Constâncio Alves, a catalogação, a classificação, a organização e administração de bibliotecas.

Os anos da Segunda Guerra Mundial, sobretudo após a internacionalização do conflito, coincidiram com o surto de interesses pela biblioteconomia e bibliografia brasileiras.

Em 1940, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo incorpora o curso iniciado em 1937, no antigo Departamento de Cultura, e em 1942 é instituído, em Salvador, o terceiro curso de biblioteconomia do país, pela Universidade Federal da Bahia. Em 1944 dá-se a reforma do curso de Biblioconomia da Biblioteca Nacional, que constituira iniciativa de seu então diretor, o escritor Josué Montello, que depois passaria a dirigir a própria Biblioteca Nacional. A partir dessa data, ou mais precisamente, após o ano de 1945, surgem cursos de Biblioteconomia em Campinas, Porto Alegre e Recife, todos ligados a órgãos governamentais.

O Plano Orientador da Universidade de Brasília, que contém a primeira proposta latino-americana para a formação de bibliotecários especializados em diferentes áreas do conhecimento científico e humanístico, não chegou a ser efetivamente concretizado, conforme depõe Edson Nery da Fonseca, no estudo intitulado **À Biblioteconomia Brasileira no Contexto Mundial,** a que vimos recorrendo, na elaboração desta palestra.

Só em 1964 é instituído naquela Universidade o currículo pleno de Biblioteconomia, criando-se a Faculdade de Biblioteconomia e Informação Científica.

Aquela Universidade, tão denegrida por alguns, sobretudo a partir do Movimento Militar de 1964, mas que tão relevantes serviços tem prestado à cultura nacional, trouxe verdadeira inovação em matéria de Biblioteca, ao estabelecer à centralização, tanto de processos como de coleções, servindo de modelo para várias Universidades do país, sobretudo a partir da Reforma Universitária de 1967 e 1968.

Temos assim, como é bem de ver, numa síntese, imperfeita, uma amostra da expansão do nosso sistema de bibliotecas e de sua interligação com a ação cultural, dado que é por meio da biblioteca que se promove, através da leitura, a disseminação da cultura.

Esta palavra cultura, de que tanto se tem usado e abusado, merece ser redefinida.

Devemos ver na cultura não apenas o alto saber, nem a erudição, nem muito menos o brilho verbal. Cultural é muito mais que isto pois é vivência, é introversão, é a conquista dos instrumentos essenciais de sobrevivência do ser humano. Por isso costumo dizer que a altura é aquilo que acrescente alguma coisa ao ser humano tanto em termos espirituais quanto materiais. Cultura é portanto liberação das potencialidades de autorealização do homem.

Lourenço Filho, o grande artífice do pensamento pedagógico reformista do país, em publicação intitulada o **Ensino e a Biblioteca,** de 1946, definindo os elementos da cultura, cita estudo publicado no Boletim da Associação dos Colégios Universitários Americanos, denominado "A cultura geral no apósguerra", no qual sublinha:

"O que a cultura exige, no indivíduo, para prosseguimento, depois, em proveito de sua formação, é o seguinte:

1) falar e escrever, com plena eficiência, a sua própria língua;
2) conhecer, pelo menos, um idioma estrangeiro;
2) entender, organizar e interpretar os fatos ocorrentes do mundo físicio e social;
4) compreender e ser capaz de julgar com critério, e plasticidade de imaginação, as grandes obras de arte, os sistemas éticos e religiosos;
5) utilizar com propriedade e sentido de adequação, cada vez mais perfeitos, os principais elementos da arte e das ciências;
6) saber conviver e saber cooperar com os seus semelhantes, num espírito de simpatia humana, justiça e compreensão".

E o referido estudo acrescen-

ta: "Se o homem há de ser responsável como indivíduo e como cidadão, terá de ser capaz também de pensar, e julgar com independência; e para manter ideais sadios será indispensável refletir com espírito crítico e com conhecimento da verdade existente. Donde a importância do ensino dos processos objetivos e imparciais do método científico, e do cultivo da expressão clara e eficiente, tanto oral como escrita; só assim se definirão bem os ideais de cada um, e cada um contribuirá, da melhor maneira possível, para a vida social de hoje, cuja base é a compreensão mútua. Tão somente quando o homem chegue à convicção de que a autoexpressão, assim concebida, seja útil, e não só útil mas necessária, como fonte de verdadeiro prazer intelectual, é que descobrirá também o poder de comunicar o que sabe. E descobrirá, então, que criar e fruir a beleza, em todas as suas manifestações, são os meios pelos quais adquirirá a consciência de que é livre - livre não somente do ponto de vista político, mas também moral, mas também da vida espiritual em toda a sua plenitude. Esta consciência de liberdade espiritual será o mais poderoso fator da convicção democrática, resumida no pensamento de que a única forma digna de ser vivida é a vida na liberdade".

Uma palavra final sobre a implantação de um plano nacional para o desenvolvimento de bibliotecas.

O assunto constitui matéria inscrita nos planos governamentais de expansão de escolaridade e dinamização da cultura.

Em estudo contido na **Revista da Escola de Biblioteconomia da UMFG,** salienta William V. Jackson que em quase todos os países da América Latina se observa o aparecimento de uma nova dimensão na cena bibliotecária, ou seja, uma crescente série de atividades relacionadas com o planejamento do desenvolvimento das bibliotecas. Encontros Regionais, seminários e conferências têm sido realizados com este objetivo. E conclui afirmando que: "O ponto de vista mais comum é que o planejamento de serviços bibliotecários é uma fase do planejamento educacional que, por sua vez, é um dos grandes setores do planejamento nacional do desenvolvimento sócio-econômico em geral. Em outras palavras, se se considera o planejamento global nacional em nível primário, o planejamento dos principais setores como educação e saúde pública se coloca em nível secundário e o planejamento de componentes destes setores - tais como bibliotecas e centros de documentação - forme o nível terciário. Talvez isto explique porque muitos planos de desenvolvimento nacional tenham tão poucas referências a bibliotecas".

Já há entre nós assim uma preocupação muito grande com o desenvolvimento de um sistema nacional de bibliotecas públicas, como corolário de uma política de expansão cultural, pois que é a biblioteca a gênese de todo processo educativo e cultural.

As dificuldades são grandes. Não há profissionais em número suficiente, sobretudo para atender às bibliotecas escolares que continuam o mais das vezes como peça ornamental das instituições educacionais. E não é mais possível conceber-se a biblioteca como instituição somente de processo educacional, no momento em que são introduzidos métodos ativos na educação.

Espera-se que com a criação do sistema nacional de bibliotecas centralizado no Instituto Nacional do livro e de que se constituem núcleos de sub-sistemas, nos Estados, as bibliotecas públicas estaduais, possa ser feito algo no sentido de transformar a realidade atual.

Refere o professor Benedito Silva, em estudo divulgado pelo Instituto de Documentação da Fundação Getúlio Vargas, que o pensador McLuhan divide a história da humanidade em quatro estágios. O primeiro é o estágio da cultura acústica ou oral, característico das tribos primitivas e, em geral, de toda a humanidade, até o advento da escrita na Grécia antiga. O segundo é o estágio da cultura manuscrita, que surgiu na Grécia, depois de Homero, e perdurou até os fins do século XVI. O terceiro é o estágio da cultura tipográfica ou impressa, o qual, **grosso modo,** domina o período compreendido entre 1500, ano do descobrimento do Brasil, e 1900, apogeu da chamada **belle époque.** O quarto é o estágio das comunicações eletrônicas. Tem seu início na primeira década do século XX, chega estridente aos nossos dias e projeta-se para o futuro em plena aceleração".

Valendo-se da terminologia de McLuhan, denomina aquele autor ao primeiro estágio - de cultura tribal, ao segundo - de cultura manuscrita, ao terceiro - de galáxia de Gutenberg e ao quarto - de aldeia global.

Vivendo assim hoje em dia em plena aldeia global ou nesta cidade civilização planetária como a denomina, com muita propriedade, o pensamento Tristão de Athayde, a presença informação ou mesmo da informática, como diriam os tecnocratas, passa a dominar inteiramente a civilização contemporânea.

Disciplinar o seu uso é tarefa daqueles que lidam com a informação e a documentação, mister que constitui o cerne do ofício que escolhetes, por vocação.

Não me abalanço a definir o significado do termo vocação. Prefiro recorrer ainda uma vez ao filósofo citado no início dessas considerações ao dignificar que "el hombre es la única y casi inconceb realidad que existe sin tener un se irremediablemente prefijado, unc es desde luego y ya le que es, sinc que necessita elegirse su propic ser. Cómo lo elegirá? Sin duda, por que se representará em su fantasía muchos tipos de vida posibles, y al tenerlos delante, notará que al guno de ellos le atrae más, tira de él, le rechama e le ilama. Esta illa mada que hasía un tipo de vid sentimos, esta vez o grito impera tivo que asciende de nuestro má radical fondo, **es la vocación".**

Sede assim, meus amigos fiéis à vossa vocação para que as sim possais ser felizes.

* Palestra proferida no Auditório Universidade Federal do Piauí, por oc sião da Semana Nacional do Livro, outubro de 1982.

* Escritor, ensaista e membro Academia Piauiense de Letras.

TODO RUMO TEM RIMO

O PIAUÍ, CONFIANTE NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO INTERNO, IMPLANTOU UMA REDE DE HOTÉIS PARA VOCÊ DESFRUTAR DE CONFORTO E DE COMODIDADE, EM ROTEIROS QUE VOCÊ MESMO DESCOBRIRÁ.

TERESINA (ESCRITORIO CENTRAL)
praça marechal deodoro, 790 — FONES: (086) 223-3100 e 223-5038
LUIS CORREIA — HOTEL RIMO ATALAIA
AVENIDA TERESINA (PRAIA DO ATALAIA) — FONE: 367-1124
ESPERANTINA — EM IMPLANTAÇAO.
PEDRO II — HOTEL RIMO PEDRO II
AVENIDA ITAMARATY (VILA SAO JOSÉ) — FONE: (2711) 543
AMARANTE — POUSADA "VELHO MONGE"
RUA ABDOM MOURA, S/N, DE FRENTE PARA O RIO PARNAÍBA
OEIRAS — POUSADA "CASA DO CONEGO"
PRAÇA DAS VITORIAS, 28 — FONE: 462-1219
CANTO DO BURITI — HOTEL RIMO CANTO DO BURITI
RUA PADRE MARCOS, 364 — FONE: 531-1197
SAO RAIMUNDO NONATO — EM IMPLANTAÇAO.
CORRENTE — HOTEL RIMO DE CORRENTE
RODOVIA BR-135, KM 01 — FONE: 573-1499

RIMO

REDE INTEGRADA DE HOTÉIS E POUSADAS DO PIAUÍ S.A. — RIMO

GOVERNO BONA MEDEIROS PIAUÍ NO RUMO CERTO

Vinculada à SECRETARIA DE CULTURA, DESPORTOS E TURISMO

RESENGA

AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA NO PIAUÍ

Lauro Correia
Membro da Academia Parnaibana de Letras

A Independência de um País ou Estado haverá de ser entendida em suas modalidades ou espécies: Independência político-administrativa, econômica, religiosa e cultural.

O tema proposto se relaciona à **Independência Político-Administrativa do Brasil**, e à Independência do Piauí, ou acertadamente afirmando, à **Autonomia do Piauí.**

O Piauí, como sabemos, após sua autonomia administrativa, proclamada em 1718 e consolidada em 1762, quarenta e quatro anos depois, permaneceu subordinado, sob os aspectos religioso e cultural, ao Maranhão.

O Piauí não proclamou a sua Autonomia Político-Administrativa.

A Proclamação da Autonomia do Piauí ocorreu em 1718, um século antes da Independência do Brasil, em 1822.

A Autonomia do Piauí foi proclamada, em Lisboa, por El-Rei Dom João V, em 1718, através de Alvará.

O período de **Consolidação** da Autonomia piauiense se estendeu por 44 anos, iniciada que o foi em 1718 e concluída em 1762.

No estudo da Autonomia do Piauí, destacamos **três importantes fatos:**
1718 - Criação da **Capitania do Piauí**
1758/1759 - Nomeação e Posse do **1º Governador**
1759/1762 - Criação e Instalação das **Primeiras Vilas do Piauí.**

A Cronologia Histórica do Piauí, relativamente à Autonomia estadual, consigna efemérides esparsas, que convém serem destacadas e agrupadas, para uma visão global:

1701 - Carta Régia de El-Rei de Portugal.

Determinou a desanexação do **Território do Piauí** (freguesia do Piauí) da Capitania de Pernambuco e sua anexação à Capitania do Maranhão.

1718 - Alvará de El-Rei Dom João V.

Criou a **Capitania do Piauí**, separando-a da Capitania do Maranhão, quanto à parte administrativa, tendo por Capital a **Vila da Mocha**, então **Aldeia de Cabrobó.**

1718/1758 - Longo período, de 40 anos, de resistência e demora na consolidação da Autonomia piauiense.

1758 - Provisão de El-Rei Dom José I.

Mandou executar o Alvará de 1718 e **nomeou** João Pereira Caldas, primeiro Governador da Capitania (29/06/1758).

1759 - Carta Régia de El-Rei Dom José I.

Autorizou ao Governador da Capitania do Piauí, João Pereira Caldas, para, de acordo com o Desembargador Francisco Marcelo de Gouveia, criar várias **Vilas no Piauí** (29/07/1759).

1759 - Tomou posse da administração da Capitania do Piauí o seu primeiro Governador, João Pereira Caldas (20/09/1759).

1761 - Carta Régia de El-Rei Dom José I.

Conferiu à Vila da Mocha os foros de **Cidade** e Capital da Capitania, e elevou à categoria de **Vila** as suas **oito** povoações paroquiais (19/06/1761).

1761 - Ato do Governador João Pereira Caldas deu à Capitania a denominação de **Capitania de São José do Piauí**, e à Vila da Mocha os foros de Cidade de **Oeiras do Piauí** (13/11/1761).

1762 - Instalações das **Novas Primeiras Vilas do Piauí.**

1762 - **Arrolamento Geral da Capitania**, ou Primeiro Recenseamento da População e Fazendas do Piauí.

INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NO PIAUÍ

a - **7 de Setembro e 19 de Outubro de 1822.**

A **Independência do Brasil** foi proclamada, em São Paulo, nas margens do riacho Ipiranga, por El-Rei **Dom Pedro I**, em 1822 (07/09/1822).

Analogamente, e com base nos fatos históricos, afirmamos que:

A Independência do Brasil **foi proclamada, no Piauí, nas margens do Rio Igaraçu, na Vila de São João do Parnaíba, pelo Coronel Simplício Dias da Silva, em 1822 (19/10/1822).**

Esta segunda afirmativa está con-

tida no Ofício, datado de 14 de novembr: de 1822, que a Junta do Governo da Província do Piauí dirigiu ao Ministro da Justiça, José da Silva Carvalho, em Lisboa, comunicando os acontecimentos na Parnaíba, **in verbis**:

"Tendo-se esta Província conservado pacífica e tranquila, sucedeu que em 19 de Outubro próximo passado, na Vila da Parnaíba, se **proclamasse** a **Independência do Brasil"**. (Vide "Cronologia Histórica do Estado do Piauí", F. A Pereira da Costa, 2ª edição, volume II, pág. 271; 1ª edição - 1907).

A Junta do Governo da Província do Piauí, signatária do citado Ofício, tinha a seguinte composição: Matias Pereira da Costa, Presidente; Francisco de Sousa Mendes, Secretário; José Antônio Ferreira, Miguel Pereira de Araújo, Caetano Vaz Portela.

O ato de **Proclamação,** na magistral obra de J. M. Pereira de Alencastre, é caracterizado como **Grito de Independência,** lembrando o feito heróico às margens do Ipiranga:

"Em Outubro de 1822, a Parnaíba levantou o **Grito de Independência,** e aclamou o Senhor Dom Pedro I, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo".

"Chegando a Oeiras tão importante notícia, o Major Fidié, comandante das armas, aterrado, apesar de já esperar o golpe, fez reunir com a maior brevidade toda a força que tinha a sua disposição, e seguiu para Parnaíba, a fim de abafar o **Grito de Independência**". (Vide "Memória Cronológica, História e Corográfica da Província do Piauí", J. M. Pereira de Alencastre, 2ª edição, pág. 66; a 1ª edição data de 1857, trinta e cinco anos após a Independência de 1822).

Com base nas duas afirmativas iniciais, é possível elaborar o seguinte quadro sinótico comparativo.

b - **24 de Janeiro de 1823.**

Quanto ao patriótico movimento de 24 de Janeiro de 1823, cronologicamente posterior ao 19 de Outubro de 1822, e cujo mérito não cogitamos de diminuir, representa, na interpretação do historiador F. A. Pereira da Costa, uma **Adesão,** in verbis:

"**Adere** Oeiras à Independência Nacional e proclama Imperador o Príncipe Dom Pedro, como tudo consta do seguinte Termo:" (Vide "Cronologia Histórica". F. A. Pereira da Costa, 2ª edição, volume I, pág. 288).

Realmente o Termo da Vereação Extraordinária de 24 de Janeiro de 1823, lavrado na cidade de Oeiras do Piauí, assinado pelo Juiz de Fora, Vereadores e Procurador do Senado da Câmara, bem assim por civis e militares, reconhece a Adesão quando explicita o objetivo principal da citada reunião: **"A fim de se dar cumprimento** ao Ofício do Excelentíssimo General do Exército Imperial e Pacificador da Bahia, dirigido ao Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, juntamente com uma proclamação, o que tudo fica registrado à folha 2; e isto para o fim de se **aclamar** a Independência e sua Alteza Real Imperador Constitucional do Brasil," (Vide mesma obra anteriormente citada, pág. 288).

c - **Terminologia Emancipacionista**

Entre as conclusões chegadas, temos que em alguns trabalhos publicados sobre História do Piauí, versando sobre Autonomia do Piauí e Independência do Brasil no Piauí, encontramos um emprego ou sentido inadequado e/ou imperfeito dos vocábulos - **Proclamação, Aclamação, Adesão, Consolidação e Conclamação,** e mais ainda confusão entre Autonomia do Piauí, denominada Independência do Piauí, com a Independência do Brasil no Piauí.

Daí afirmarmos que mais que histórica, pois cronologicamente o 19 de Outubro precedeu o 24 de Janeiro, a controvérsia que se pretende levantar sobre a Data Magna do Estado do Piauí é de **origem linguística,** com fundamento no emprego errôneo e/ou inadequado da **Terminologia específica**.

Há de se consultar os dicionários, analisar e concluir que é imprescindível detectar os sentidos específicos e/ou apropriados das palavras acima mencionadas, em se tratando de emancipação ou independência.

Assim sendo, entendemos:

Proclamação - Ato de afirmar com ênfase, em público e voz alta.

Aclamação - Ato de aplaudir ou aprovar ou reconhecer solenemente.

Adesão - Ato de assentimento, aprovação, concordância ou manifestação de solidariedade.

Consolidação - Ato de tornar sólido, seguro, estável.

Conclamação - Ato de bradar ou clamar simultaneamente.

Como decorrência dessa **"Terminologia emancipacionista"**, como assim denominamos, temos que a Vila de São João do Parnaíba e a Cidade de Oeiras do Piauí, no início do Século **XIX,** foram cenários e alguns de seus habitantes participaram como **personagens** de fatos da História Nacional, a saber:

Vila de São João do Parnaíba - **Proclamação** da Independência do Brasil e **Aclamação** do Imperador Dom Pedro I.

Cidade de Oeiras do Piauí - **Adesão** à Independência do Brasil, **Aclamação** do Imperador Dom Pedro I e **Consolidação** da Independência do Brasil.

Independência do Brasil
Quadro Sinótipo Comparativo

	Independência do Brasil (Em São Paulo)	Independência do Brasil (No Piauí)
LOCAL	SÃO PAULO	PIAUÍ
CIDADE	SÃO PAULO	Vila de São João da Parnaíba
DATA	1822 07/09/1822	1822 19/10/1822
RIO	Riacho Ipiranga	Rio Igaraçu
PROCLAMADOR	Dom Pedro I (El - Rei)	Simplício Dias da Silva (Coronel)
PATRIARCA	José Bonifácio José Bonifácio de Andrade e Silva	João Candido João Cândido de Deus e Silva (Juiz)

d - **Independência não é um fato isolado**

É desnecessário salientar que a Independência não é um fato isolado, e no caso do Piauí é preciso recuar a 1762, sessenta anos no passado, à data da criação da Capital e das 8 Vilas da Capitania de São José do Piauí.

É preciso conhecer a Vila de São João do Parnaíba, de 1762 a 1822, e reconhecer a sua importância no cenário da Capitania.

Com efeito, em 1762, Oeiras possuia 594 fogos, representando casas, com 3.615 habitantes; Piracuruca, em 2º lugar, possuia 330 fogos, com 2.349 habitantes, enquanto que a Vila de São João do Parnaíba, em 9º e último lugar, possuia apenas 4 fogos, com 19 habitantes.

O Povoado Testa Branca, elevado à categoria de Vila de São João do Parnaíba, e com sede definitiva no Porto das Barcas, a partir de 1770, e nesse novo local teve um progresso extraordinário, oriundo das charqueadas dos Dias da Silva pois que, quarenta e dois anos após, em 1804, já ultrapassava a própria Capital, conforme dá fé o Ofício, datado de 30/03/1804, dirigido ao Príncipe Regente do Reino, pelo Governador da Capitania de São José do Piauí, Pedro José Cesar de Meneses, **in verbis:**

"Ainda assim no ruinoso estado em que se acha a agricultura e o comércio desta Capitania, é a **Vila de São João do Parnaíba mais opulenta que esta Capital de Oeiras,** e em todo o sentido a que tem mais capacidade para nela se habitar, e para a residência do Governador da Capitania, onde não experimentará a indegência e penúria que aqui padece, ainda dos viveres de primeira necessidade". (Vide "Cronologia Histórica do Estado do Piauí", F. A. Pereira da Costa, 2ª edição, volume II, pág. 215).

O Censo geral da Província, realizado **em 1831,** apresentava as populações da Capital e da Vila praticamente iguais:

Oeiras, na cidade, 4.692 habitantes

Parnaíba, na vila, 4.324 habitantes

Alguns anos após, **em 1843,** o arrolamento geral da população acusava um número pouco superior a 200.000 almas, evidenciando-se a supremacia da Vila de São João do Parnaíba com 4.978 fogos ou residências, enquanto a Capital Oeiras possuia 3.857 fogos.

Procedemos pesquisa e análise sobre o cenário, a situação e os personagens da Independência.

Procuramos conhecer e valorizar as qualidades positivas, cívicas e pessoais, de Simplício Dias, João Cândido de Deus e Silva, Miranda Ozório, e outros líderes, cujos defeitos têm sido ampliados por determinados escritores.

Entendemos, outrossim, que a Autonomia ou Independência, deverá ser focalizada como um **fato dinâmico,** não restrito aos acontecimentos épicos ou históricos do passado, mas ideal presente e vivo nas aspirações modernas do povo.

- PROCLAMAÇÃO DA AUTONOMIA ECONÔMICA DO PIAUÍ

A autonomia administrativa do Piauí, proclamada em 1718, foi consolidada quarenta e quatro anos após, em 1762.

Proclamada a Independência Político-Administrativa do País em 1822, transcorridos 164 anos, continua o Piauí a apresentar os mais baixos índices sócio-econômicos entre as demais unidades federativas, e a ocupar na região Nordeste a última posição entre os 9 Estados brasileiros integrantes do Polígono das Sêcas.

Comprovada tecnicamente que os recursos naturais existentes em nosso território, representados pela perenidade do Rio Parnaíba, pelas terras apropriadas ao pastoreio e ao cultivo, e pelo extraordinário lençol d'água subterrâneo, são necessários e suficientes a modificar substancialmente a incômoda e desonrosa nona e última posição entre os Estados Nordestinos, não obstante isto, continua a decepção do povo piauiense diante da dura e difícil situação econômica do Estado.

Desde 1960, e durante a Campanha Eleitoral que nos conduziu à Prefeitura do nosso Município, até os dias presentes, que proclamamos:

"A redenção sócio-econômica do Piauí está no aproveitamento múltiplo do Rio Parnaíba, e quase que exclusivamente na construção da Barragem de Boa Esperança e do Porto Marítimo de Luiz Correia". (Lauro Correia, 1960).

Além da **Barragem** construída, e **da Usina Hidro-Elétrica,** de Boa Esperança instalada em 1970, temos a satisfação de constatar que o recente contrato firmado com a Construtora Camargo Corrêa assegura o término das obras do **Porto Marítimo de Luiz Correia** para Dezembro do ano vindouro.

Observamos, atualmente, uma conscientização do povo piauiense em torno da **"Salvação do Rio Parnaíba",** veiculada através dos jornais e das emissoras de rádio e televisão, e constatamos, também, que os setores produtivos estaduais se voltam preocupadamente para os processos de **Irrigação** das terras marginais do grande rio e de seus afluentes, inclusive das áreas que dispõem de farto lençol d'água subterrâneo.

As atuais gerações de piauienses, da Parnaíba, de Teresina, de Oeiras e dos demais municípios, têm a grande responsabilidade de assumir a decisão inabalável de salvar o Rio Parnaíba de sua lenta agonia, ou, se assim não o fizerem ou conseguirem, darão aos pósteros um atestado da nossa incompetência ou desamor à terra natal.

Não é possível assistir, indiferentes ou acovardados, o lento declínio do Velho Monge.

Urge, piauienses, uma séria e segura tomada de decisão.

Se no passado recente, de 1959 para cá, fomos capazes de sonhar, idealizar, lutar e conseguir a construção da Barragem de Boa Esperança, a implantação da Usina Hidro-Elétrica e o término das obras do Porto Marítimo, obras seculares a desafiar gerações e gerações de piauienses, porque agora duvidar que não tenhamos Fé e Inteligência para novo Sonho, Ideal, Luta e Vitória em torno da salvação definitiva do Rio Parnaíba?

Essa salvação do Rio Parnaíba está, senhores, na solução de dois problemas, menores que os anteriores já solucionados:

1º - **LIGAÇÃO DO RIO TOCANTINS AO RIO PARNAÍBA;** com utilização dos cursos naturais de afluente e do Rio das Balsas, a montante do Reservatório de Boa Esperança, a partir da cidade de Carolina, no Mara-

nhão, com a abertura de um canal com extensão aproximada de apenas cem quilômetros, tudo de acordo com os termos de Recomendação oficialmente aprovada no Seminário sobre a Navegabilidade do Rio Parnaíba, conclave eminentemente técnico e simpósio a nível nacional, realizado em Abril de 1982, em Parnaíba, neste Estado.

- CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO RIO PARNAÍBA, de acordo com Projeto de Lei do Deputado Federal Pinheiro Machado, cuja Companhia cuidará da proteção das nascentes do nosso rio, da fixação de suas margens, da remoção de "galhadas" existentes no leito do rio, da dragagem de algumas passagens difíceis, da administração e movimentação dos portos fluviais e do porto marítimo, da navegabilidade do rio.

Urge, piauienses, repetimos, uma séria e segura tomada de decisão.

É imprescindível **proclamar**, repetir e divulgar em todo o território piauiense, para conhecimento de todos os coestaduanos, conscientizando as mentes e emocionando os corações, - a idéia da Autonomia Econômica do Piauí.

Essa sonhada Autonomia, proclamada hoje, requer tempo, energia, inteligência e suor para sua concretização.

Eis os termos dessa idealizada **Proclamação da Autonomia Econômica do Piauí:**

"A Autonomia Econômica do Estado do Piauí está no **aproveitamento múltiplo do Rio Parnaíba** e na **Irrigação** das terras marginais do rio principal e seus afluentes, bem assim das demais regiões estaduais privilegiadas por farto lençol d'água subterrâneo, objetivando a produção agrícola, a criação do gado, a pesca, o abastecimento d'água, a geração de energia hidro-elétrica, a iluminação pública e residencial, a industrialização, a navegação e o turismo. As obras fundamentais e necessárias para a conquista dessa Autonomia são: **Ligação do Rio Tocantins ao Rio Parnaíba e criação e implantação da Companhia de Desenvolvimento do Rio Parnaíba".**

(19.10.1986, LC)

A - OBRAS BÁSICAS

01 - **"Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí"**
José Martins Pereira de Alencastre
J. M. Pereira de Alencastre
PEREIRA DE ALENCASTRE
1ª Edição - 1857
2ª Edição - 1981 - COMEPI - Teresina - PI

02 - **"Cronologia Histórica do Estado do Piauí"**
Francisco Augusto Pereira da Costa
F. A. Pereira da Costa
PEREIRA DA COSTA
1ª Edição - 1909 - Tipografia do Jornal do Recife - Pernambuco
2ª Edição - 1974 - Editora Arte Nova - Rio de Janeiro - RJ

03 - **"História do Piauí"**
CLODOALDO FREITAS
1902 - Teresina - PI

04 - **"A Guerra do Fidié"**
ABDIAS NEVES
1ª Edição - 1907 - Teresina - PI
2ª Edição - 1974 - Rio de Janeiro - RJ

05 - **"Independência do Piauí"**
ANISIO BRITO
1923

06 - **"Roteiro do Piauí"**
Carlos Eugênio Porto
CARLOS PORTO
1ª Edição - 1955
2ª Edição - 1974 - Editora Arte Nova - Rio de Janeiro - RJ

ANA MIRANDA

EM BUSCA DO SEU LUGAR AO SOL

"Ana Miranda é cantora. Uma cantora excelente, alegre, brasileiríssima e estudiosa de nossa música. Mas é também escritora, e poeta (Adalgisa Nery detestava a palavra poetisa. Em homenagem a ela Ana é poeta e não poetisa) cronista e contista. O que eu quero dizer é o seguinte: Ana Miranda é, sobretudo, uma artista. Sua carreira, embora no início, já é carregada de uma experiência substancial para quem deseja dominar todos os mistérios do seu ofício. Encanta-me bastante sua passagem como cantora na banda de Paulo Moura, pela amplitude do repertório e pelo exercício do cantar. Assim me deixa muito feliz o seu interesse em registrar a música popular de sua terra, o Piauí, divulgando-a e recriando-a. E como carioca não posso deixar de manifestar a minha alegria pelos mergulhos de Ana Miranda no fundo do acervo do samba carioca, do qual está recolhendo verdadeiras jóias do repertório dos antigos compositores. Em síntese, quero mesmo é dizer que estou muito orgulhoso de apresentar Ana Miranda". (Palavras do jornalista e crítico musical Sérgio Cabral sobre Ana Miranda.

Ana Miranda é uma cantora não somente ouviu e curtiu música nordestina. Sua formação musical é recheada de boleros, valsas e até samba choro. O começo da carreira foi na década de setenta, em Teresina, com o show "Udigrudi", que ironizava de uma forma criativa o movimento underground. Em 1974 Ana conquistou o prêmio de melhor intérprete do 1º Festival de Música Popular do Piauí, feito que Ana repetiu exatamente 10 anos após, em 1984, ganhando o prêmio de melhor intérprete feminina do 1º Encontro de Compositores e Intérpretes do Piauí, em 1984, no Ginásio Verdão em Teresina. "Flor do Algodão", canção do